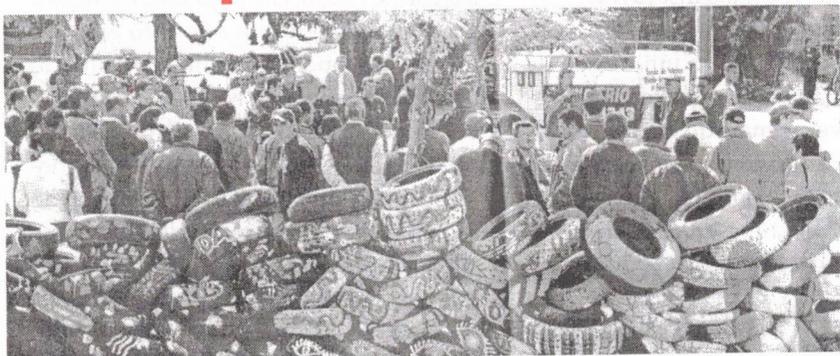


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

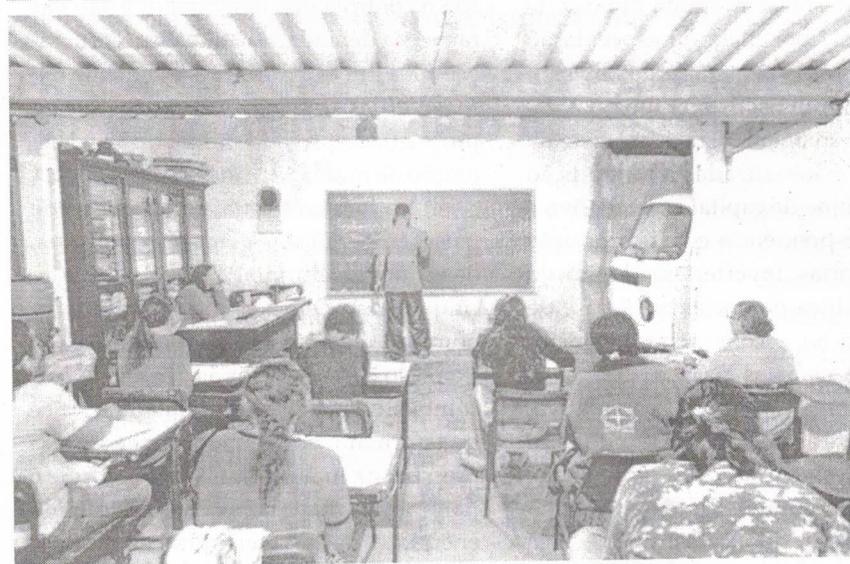
# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 18 - Nº 342 - DE 10 a 24 DE JULHO DE 2007 - R\$ 2,00

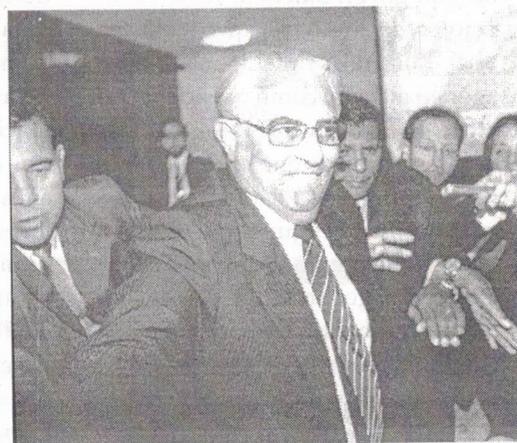
## A crise política e as tendências da economia mundial



**Fim da ocupação da reitoria da USP:  
trincheira de luta estudantil**



**Diante do fracasso do ensino,  
aumentam a centralização  
autoritária e a mercantilização**



**A corrupção  
novamente  
se mostra  
por todo lado:  
Tribunais  
Populares  
para julgar  
e punir  
a burguesia  
corrupta!**

**A opressão imperialista aumenta os choques  
entre as nacionalidades no Oriente Médio**

## Economia e crise política

Pesquisas indicam que o governo de Lula continua com alto índice de aprovação pela população. Os novos escândalos de corrupção envolvendo seu irmão e compadre não atingiram o presidente. As massas também não deram tanta importância com a exposição da podridão no Senado, com o caso Renan Calheiros e Joaquim Roriz. No entanto, há uma crise política em andamento, uma vez que as denúncias atingem homens influentes da coalizão governamental. Renan acusou setores da imprensa que tentaram derrubar Lula no primeiro mandato e que agora o atacam, como presidente do Senado, com o objetivo de desestabilizar a situação política. A que se deve o fato da crise interburguesa não atingir o governo? Essa foi a pergunta que fizeram alguns analistas, logo que o índice de aprovação do governo foi divulgado. Ocorre que o processo da crise que se dá no seio do Estado não coincide mecanicamente com a situação econômica, por ora, favorável ao governo.

### O que diz o IBGE

O IBGE divulgou o resultado da expansão econômica brasileira no último trimestre. Os dados apontam que, em 2006, houve um crescimento de 3,7% e um aumento médio do PIB, período de 2004-2006, de 4,1% ao ano. E no último trimestre de 2007, o PIB foi de 4,3%. A manutenção da média de 4% foi tida como positiva pelo governo Lula. Se comparado com outras economias de países da América Latina, Argentina, Chile etc, os dados indicam que o Brasil esteve aquém. Se analisados em relação à Índia e China, a distância é maior ainda. Há uma aproximação em relação aos índices de crescimento da economia mundial. O que torna esse crescimento frágil, porque evidencia a dependência aos rumos da economia internacional, que tem como carro-chefe a China e os Estados Unidos. Os analistas burgueses se dividem quanto à sustentabilidade

desse carro-chefe. Mas tudo indica que a tendência mais provável do futuro próximo é de redução do ímpeto da economia chinesa e de queda das taxas de crescimento dos Estados Unidos, que vêm perdendo fôlego.

### Aspectos da economia mundial

A economia mundial apresenta contradições cada vez mais insolúveis.

a) Há um excesso de liquidez. Gira no mercado especulativo um trilhão de dólares por dia, o que significa uma distância de 5 vezes mais do que a circulação de mercadorias, nesses últimos 15 anos. Estima-se que há mais de 4 trilhões de dólares em reservas de dinheiro no mundo. Somente a China detém 1,5 trilhão de dólares, grande parte aplicada em títulos públicos norte-americanos. A burguesia financeira, de posse de 95% das moedas em circulação, está obrigada a manter a lucratividade (artificial) e buscar aplicabilidade onde as taxas de juros são compensadoras. Esse circuito se faz e se desfaz com muita rapidez. O ganho "fácil" por meio da especulação também acarreta contenção nos investimentos produtivos. Está aí uma das razões da permanente crise do sistema capitalista, materializada na contradição entre o volume de capital especulativo e a não correspondência com a produção de mercadorias. Inverter essa lógica do capital significa potencializar a crise de superprodução, com conseqüências igualmente nefastas para o capital. O grande volume de capital especulativo, fonte de crises constantes, é um dos sintomas da desintegração do capitalismo. Os efeitos para a maioria da população explorada têm sido catastróficos, haja vista o desemprego - que atinge em particular a juventude que necessita do trabalho - e a miséria mundiais.

b) O aumento das fusões bancária e industrial, conformando gigantescos conglomerados, marcou o último período.

Somente de janeiro a maio de 2007 foram manejados US\$ 2,18 trilhões, que significam "77% superior ao total de igual período de 2006, que já foi um recorde". As fusões não indicam estabilidade e fortalecimento da economia mundial. Ao contrário, a "Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) alertou para os riscos do excesso de liquidez mundial (...)". Os fundos de investimentos especulam com as fusões. A concentração da produção e do capital atingiu um nível tão alto que poucos monopólios dominam o comércio de mercadorias e de moedas (ações etc). Os Estados imperialistas não fazem senão responder aos interesses das corporações multinacionais. O Estado imperialista e o capital multinacional se soldam e determinam a "participação" dos países semicoloniais na divisão internacional do trabalho. A aparente fortaleza que representam as fusões tem por detrás a impossibilidade de transformar a potencialidade das forças produtivas em equilíbrio econômico e social. As relações de produção e distribuição privadas sob o controle dos monopólios estão nas raízes da debilidade das fusões/corporações. As forças produtivas altamente desenvolvidas se acham em choque com a propriedade privada monopolista e a situação de miséria das massas mundiais.

c) Da mesma forma, uma minoria de países imperialistas determinam o curso da economia mundial. Os impasses interimperialistas em torno da política econômica de algumas potências, a exemplo dos subsídios agrícolas, do biocombustível etc, são freqüentes e se transformam em disputas, que se expressam na luta intestina pelo controle e domínio de matérias-primas e fontes de energia. A partilha territorial do mundo, pós guerra mundial, entre as potências, se esgotou e agigantou o imperialismo dos Estados Unidos.

d) Os Estados Unidos, que detêm a maior fatia no mercado mundial, estão imersos num impasse sem precedente.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Contraditoriamente, o maior exportador e importador do globo, carrega um déficit crescente na balança comercial e tem a maior dívida pública. Os EUA exigem, juntamente com os países da União Européia – G4, um corte maior das tarifas industriais de países tidos como “em desenvolvimento”. Esse é um exemplo do poder das grandes economias sobre as mais débeis. As grandes potências procuram de todas as formas reduzir o impacto das crises que se avizinham, pressionando as semicolônias a abrirem ainda mais seus mercados. EUA e UE fazem chantagem com os subsídios e taxas protecionistas agrícolas. Não por acaso fracassam as tentativas de acordos “multilaterais”, como o ocorrido recentemente na Alemanha. A Rodada Doha de “liberalizar” o comércio mundial e ajudar os países pobres por meio do acesso a mercados não saiu do papel desde a sua criação em 2001. Tudo se esbarra no poderio dos Estados Unidos, que ditam o funcionamento das relações econômicas mundiais. Os riscos de quebraadeiras nas bolsas e as alterações na economia norte-americana atingem de conjunto a economia mundial.

### **Brasil na economia mundial**

O governo Lula vem sendo acusado por setores da burguesia brasileira de ser incapaz de realizar negociações com as potências e pressionado por outros de promover a desindustrialização do país devido a sobrevalorização do Real frente ao dólar. Trata-se de um governo espremido pelos interesses divergentes das frações capitalistas internas e externas.

a) O Brasil não pôde se desenvolver como potência imperialista. Sempre esteve sob o domínio das nações colonizadoras e saqueadoras. O governo Lula não faz senão seguir as diretrizes do grande capital imperialista e nacional. As críticas às atuais exigências dos Estados Unidos, que significariam mais quebra na indústria nacional (desindustrialização), não modificam a caracterização de um governo pró-imperialista. O governo Lula está sob a pressão de setores da burguesia interna que teme a desindustrialização e da burguesia imperialista que exige um acordo extensivo a todas as semicolônias. Uma fração da burguesia latino-americana se

coloca no mesmo campo de pressão de setores brasileiros. Para se contrapor a resistência de setores da burguesia a um acordo imposto pelas potências e prejudicial aos seus interesses, os EUA se utilizam da subserviência de governos como o do México e do Chile.

b) Nos últimos 5 anos, a agricultura é a que mais cresce em exportações. A taxa anual chegou a 16,3%, a maior do mundo. Do total do superávit da balança comercial, as exportações do agronegócio alcançaram 92,5%. O que vale dizer que o Brasil ocupa no mercado mundial o 2º lugar de fornecedor de alimentos e matérias-primas de origem agrícola. Essa condição de país exportador agrícola e importador de bens industriais foi o objetivo da colonização e a forma do capital imperialista impor seu domínio sobre as semicolônias. O governo Lula aproveitou o crescimento do mercado mundial para ampliar as exportações de carne bovina e de frango, de grãos, açúcar etc para os países da Ásia (China), Rússia e Índia. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes (PMDB), acabou de implantar um plano de segurança para o Agronegócio. Entre as medidas de proteção estão a diminuição da taxa de juros (de 8,75% para 6,75%); oferta de mais recursos do sistema de crédito rural. O agronegócio ganha rios de dinheiro e ainda conta com subsídios do governo. Está aí a razão desse setor atuar sobre o governo para que se aceite as condições de um acordo internacional traçado pelos EUA e UE, que despendem enorme subsídio ao seu agronegócio e conservam medidas protecionistas. Contraditoriamente ao crescimento das exportações, o agronegócio não significou expansão de empregos rurais. A tecnologia empregada e a superexploração do trabalho contribuem para a baixa empregabilidade nesse setor. Os grandes produtores, principalmente da cana, dispõem da automatização em grande escala, mas usam os pequenos produtores, que fornecem cana para a empresa, empregam mão-de-obra e a submete a condições terríveis de exploração. O problema do campo tem se tornado cada vez mais conflituoso. De um lado, o agronegócio que se beneficia da política de exportação brasileira e imensos latifúndios que servem à especulação financeira. De outro, por todos os estados,

milhões de camponeses estão sem terra ou com pequenas propriedades de agricultura familiar. Sobre esses pesam a política governamental de assentamentos a conta-gotas, os ínfimos recursos econômicos e a violenta repressão policial e dos grandes proprietários fundiários.

c) A indústria nacional enfrenta o poder das multinacionais e o expansionismo chinês. A estimativa de crescimento de 4,5% da economia brasileira não significa que a indústria acompanhará esse índice. Dados apontam que na indústria de transformação, o crescimento não ultrapassará de 3%. O setor que tem aproveitado as taxas positivas do mercado internacional é o do chamado de “commoditizados”, agrícolas ou minerais. A maior perda está na indústria manufatureira, como a de vestuário (-20%) e calçados (-14%), que enfrenta o Real sobrevalorizado e a concorrência. O governo Lula aprovou um pacote de medidas tidas como “compensatórias”, priorizando os ramos atingidos e aproveitou para estender vantagens a multinacionais. O fato é que o BNDES entregou às indústrias automobilísticas e a de eletroeletrônicos mais créditos (dinheiro com custo mais baixo). Para cobrir os juros mais baixos, Lula usará recursos do Tesouro Nacional. Trata-se de um pacote de auxílio às multinacionais, em particular às montadoras, que se beneficiam da mão-de-obra barata, impõem acordos de flexibilização do trabalho, saqueiam o país remetendo seus lucros para os países imperialistas. Mesmo assim, as multinacionais consideraram irrisórios. O que significa que o grande capital continuará pressionando o governo.

### **Contradições internas**

a) O governo e a burguesia usam a propaganda sobre o crescimento econômico como favorável aos trabalhadores, principalmente quanto ao emprego. Inclusive a burocracia sindical serve de caixa de ressonância a essa propaganda. A Tribuna Metalúrgica do ABC, por exemplo, elogia a estabilidade econômica, a queda das taxas de juros, o crédito farto e o crescimento da massa salarial. “Esse crescimento interessa aos trabalhadores, pois os empregos gerados na cadeia automotiva tem acompanhado o aumento da produção”. Comparando a

produção automobilística, mostra que em 1997 foram vendidos 1.9 milhão e que para 2007 a previsão é de 2,8 milhões de carros. O que significa 1 milhão a mais. A burocracia diz que até maio foram contratados 110 mil metalúrgicos pelas montadoras. É claro que com as vendas em alta, devido aos créditos de longa prazo, exigiram contratações. Mas proporcionalmente não houve abertura de um número significativos de novos postos de trabalho. Em parte, as montadoras apenas reabriram postos que haviam sido fechados. E para não abrir mais postos, alongaram as jornadas e passaram a usar ostensivamente as horas-extras. Os novos contratos têm salários mais baixos. É preciso também ter em mente que as multinacionais não conservarão o nível de emprego, como tem sido demonstrado no passado recente as demissões motivadas pela renovação tecnológica. A própria Tribuna mostra, usando a pesquisa do Dieese para o mês de maio na Grande São Paulo, que o emprego industrial não cresceu. Diz: "a ocupação subiu 6,3% nos chamados *outros setores* e 0,9% no setor de serviços. Mas diminuiu 2,2% na indústria e 1,2% no comércio". O fato do crescimento medíocre de 4,3% ter evitado o crescimento do desemprego parece ser um grande feito do capitalismo e, particularmente, da política econômica do governo Lula. O fundamental, no entanto, é que milhões e milhões continuam desempregados e subempregados. As massas exploradas não tiveram melhorias nas condições de vida. Os capitalistas é que ganharam com o aumento da acumulação de riqueza.

b) A política de redução homeopática das taxas de juros e de manutenção delas em patamares ainda altos, como forma de atrair investidores, fez crescer a dívida pública interna, que aumentou 7,3% nesse primeiro semestre. O que parece contraditório diante do volume de reservas cambiais alcançado no mesmo período, que atinge cerca de 140 bilhões de dólares. O governo está obrigado a manter a enorme carga tributária, que recai sobre a população e reduz sua capacidade de consumo. A burguesia exige que se reduza a carga tributária. Para isso, terá de atacar conquistas previdenciárias e trabalhistas da população trabalhadora, uma vez que o pagamento da dívida interna e externa é sagrado. Portanto, os

déficits nas contas do Estado devem ser tratados por meio de destruição de direitos sociais e de cortes nos gastos públicos (saúde, educação, previdência, arrocho salarial para a maioria dos servidores etc.).

c) Como vemos, são vários os fatores de crise econômica e de interesses burgueses que se combinam. A desvalorização do dólar, que vem sendo contornada pela intervenção do Banco Central – compra de dólares – atinge os setores exportadores, que exigem mais segurança do governo. A montanha de dólares comprada para evitar uma maior valorização do Real tem um caro custo financeiro. O Banco Central está obrigado a aplicar essa reserva em títulos públicos dos Estados Unidos, onde a taxa de juro é muito inferior às do Brasil. Portanto, o país perde dinheiro e acrescenta essa perda na dívida pública. Está aí por que a burguesia brasileira e imperialista exigem medidas mais ousadas contra as relações de trabalho. De conjunto, há o receio da burguesia brasileira diante do curso da economia mundial.

### Situação Política

a) Novamente, uma crise política provocada pelas denúncias de corrupção toma conta do governo. O PMDB foi atingido com os escândalos envolvendo o presidente do Senado, Renan Calheiros, e empresas como Mendes Junior. O Conselho de Ética, que supostamente daria o veredito, está nas mãos de Leomar Quintanilha, outro corrupto do PMDB, acusado de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha pelo Ministério Público. Renan Calheiros recorreu a Lula para pedir que retribua a proteção que lhe foi dada no auge da crise de seu primeiro mandato. Lula retribuiu exortando que não se faça um julgamento precipitado do presidente do Senado. Em meio ao lamaçal, estourou a ladroagem de Joaquim Roriz, que recebia dinheiro em troca dos favores concedidos ao empresário do ramo de transporte, Constantino de Oliveira, e ao ex-presidente do Banco Regional de Brasília. O PMDB procurou dar o troco ao PSDB, que acusou Renan de dar o golpe no Conselho de Ética e de agir forma "rasteira". O PMDB foi buscar outro escândalo para calar a boca dos que estão criticando. Pôs em evidência as falcatruas

de Mauro Bragato do PSDB de São Paulo, envolvido com as empreiteiras do ramo de moradias populares (CDHU). Como se vê, todos estão atolados. Há um dado oficial que diz que cerca de 40% dos parlamentares respondem a processos judiciais, que vão das propinas a roubo de dinheiro público. Diante de tantas denúncias, o PSOL comparece como baluarte das propostas do reformismo, convocação da CPIs para apuração dos fatos. Teatraliza (boi de ouro) para aparecer nos jornais como os éticos do parlamento. A base aliada, que compõe o governo Lula, se esforça para que não haja maiores conseqüências para o funcionamento da democracia burguesa. E não paralise ainda mais a pretensão do governo de pôr em prática o Programa de Aceleração e Crescimento. Lula se beneficia do crescimento econômico, ainda que limitado, para não tornar letra-morta o Programa que compareceu como alavancador de seu segundo mandato. Conflitos no aparelho do Estado, Justiça, Polícia Federal e controladores de vãos atingem a frações burguesas vinculada ao narcotráfico e jogos de azar e as camadas médias, sem que o governo tenha controle sobre as ações. Debelar a crise política e evitar que a coalizão governamental se desmanche é o objetivo de Lula. Vemos que o governo e o parlamento não fazem outra coisa senão administrar as crises que explodem continuamente e que tendem a se desembocar numa crise mais ampla de Estado.

b) O governo enfrenta os protestos e greves dos servidores públicos que não aceitam o arrocho salarial previsto no PAC e a destruição do Plano de Cargos e Salários. Para conter as manifestações do funcionalismo, Lula exige a regulamentação da "lei de greve", que penaliza os sindicatos e pune os grevistas. O MST está obrigado a pressionar o governo para que acelere os assentamentos, dê mais recursos aos assentados e altere a lei de desapropriação de terras. Por outro lado, Lula receia um ataque frontal à vida das massas, porque sua estabilidade política depende, em certa medida, da contenção das lutas e das ilusões que foram depositadas em seu governo. Eis aí por que as reformas que retiram direitos (trabalhistas e previdenciária) estão sendo impostas por etapas e, via-de-regra, por meio de Medidas Provisórias.

Mas qualquer alteração no curso do crescimento econômico obrigará o governo atacar mais fundo a vida das massas.

c) Observamos que a situação apresenta-se contraditória. O governo Lula continua a se beneficiar do crescimento econômico, apresentando-se perante as massas como responsável por não crescer o desemprego e estabilizar os salários graças ao controle da inflação e mostrando aos capitalistas que seus interesses gerais não só têm sido preservados mas também favorecidos, apesar de haver descontentamentos setoriais. Essa vantagem, no entanto, não tem servido para estabilizar a governabilidade e debelar os fantasmas da crise do primeiro mandato. A retomada da crise se dá, agora, no Senado e atinge a coalizão. A PF tem alcançado um grau de autonomia frente à centralização do Executivo,

a ponto de expor grandes nomes da coalizão. Lula se preparava para reabilitar o ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, quando o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi exposto pela escuta telefônica. Nem bem o caso da Gautama perdia impacto, que envolveu o ministro Rondeau, o compadre e irmão de Lula, a PF lançou o caso da Mendes Júnior. Os escândalos atingem altas figuras do PMDB, esteio da coalizão governamental. Vemos que não há uma relação mecânica entre a situação econômica e a situação política. Sem dúvida, o crescimento econômico e a contenção das taxas de desemprego, entre outros fatores, tem servido ao governo para evitar o aprofundamento dos embates das frações capitalistas e o alargamento da crise política. Esse quadro poderá mudar, caso os fatores econômicos venham a se

modificar. Não se pode deixar de considerar que a crise se dá ainda no âmbito da cúpula burguesa. A intervenção das massas é decisiva para se claro para onde caminhará a crise política.

d) O partido deve ampliar sua influência nos movimentos sociais e sindicais. Fazer a propaganda e agitação em torno das reivindicações vitais (emprego, salário e conquistas trabalhistas), combinando-as com a defesa das bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas. A luta pela unidade dos explorados e pelo método da ação direta é fundamental para avançar para as formas mais radicalizadas de combate ao governo e ao saque imperialista. Trata-se de atuar no interior das massas, realizar o trabalho sistemático de preparação dos combates, extrair as experiências da luta de classe e formar os quadros revolucionários.

## Tribunal Popular

A esquerda dita revolucionária se cansou em defender as CPIs como instrumento de combate à corrupção e à política dos partidos burgueses. A cada nova situação ficava claro que se tratava de uma farsa. Tornou-se inviável às esquerdas a defesa das CPIs, a não ser ao PSOL.

O Estado é controlado por quadrilhas, montadas por políticos e burocratas do poder público e vinculadas a grupos privados. As CPIs servem à disputa das quadrilhas. A política burguesa está inteiramente imersa na disputa de interesses particulares e no tráfico de influência. Faz parte dessa realidade o financiamento das campanhas eleitorais. Não há partido burguês que não dependa do dinheiro das multinacionais, grandes empresários nacionais, banqueiros, empreiteiros e latifundiários.

O Orçamento da União é formulado de maneira a dar meios dos parlamentares retribuírem aos financiadores. O foro privilegiado está inscrito na Constituição de forma a permitir que os parlamentares e governos possam traficar com o dinheiro público e usar seus postos para garantir privilégios.

O Supremo Tribunal Federal e o Supremo Tribunal de Justiça, encarregados de processar e punir os bandidos do parlamento e do executivo, compactuam com o crime. O Judiciário não escapa ao

tráfico de interesses particulares.

O que está acontecendo no Senado, com o escândalo Renan Calheiros e Joaquim Roriz, demonstra a que ponto, no Estado, política e tráfico se confundem. A Comissão de Ética é controlada por aqueles que estão sob acusação de “quebra do decoro parlamentar”, nome capcioso para a prática do crime por parlamentares. A oposição é parte da farsa. Pretende usar o fato para se fortalecer no aparato do congresso. A informação de que mais de que aproximadamente 40% dos parlamentares arrastam processos e se escudam no foro privilegiado reflete bem a podridão dos partidos e da democracia burgueses.

Apenas o PSOL, entre o que ainda se chama de esquerda, faz uso quixotesco da bandeira de CPI. Isso porque tem deputados e senadores. A propaganda eleitoral de Heloisa Helena e dos parlamentares do PSOL vem em primeiro lugar.

O PT, que muito se valeu das CPIs para se mascarar de ético, agora combate a sua instalação. E a oposição, PFL e PSDB, que no passado se negaram a montar CPIs contra seu governo, agora se valem dela a todo instante. O PSOL serve a essas disputas. E as demais correntes de esquerda, que antes tinham as CPIs como bandeira dirigida a fortalecer o PT, o que fazem? Apenas denunciam a

corrupção e trabalham por uma alternativa eleitoral. É o caso particular do PSTU.

As massas estão alheias ao que se passa no cume do Estado. Sabem pela experiência que os burgueses não vão presos e que suas propriedades continuarão protegidas, por mais que se prove que cresceram com o roubo e a fraude. Os explorados irão prestar atenção na podridão da burguesia no momento que se confrontarem diretamente contra os exploradores em defesa das reivindicações. Enquanto a classe capitalista enriquece e seus representantes no Estado roubam, a maioria passa todo tipo de dificuldade.

A relação entre exploração do trabalho, miséria da maioria e roubalheira pelos tais representantes do povo, eleitos por ele, virá no fogo da luta. Mas é preciso não apenas denunciar o parlamento de cova de ladrões como também apresentar o instrumento de combate. Nada de CPI! Tribunal Popular! Que deve expressar as massas em luta. Constituído no movimento de forma direta pela classe operária, camponeses, trabalhadores urbanos da classe média e juventude. O Tribunal Popular é a possibilidade dos explorados combaterem a corrupção combatendo a política econômica do grande capital e a exploração do trabalho.

**Fim da ocupação da reitoria da USP****Uma trincheira de luta contra a ofensiva privatista governamental**

A ocupação da reitoria da USP por 50 dias projetou a questão da autonomia universitária e expôs a ofensiva política dos governos no sentido de acelerar a privatização e sucateamento do ensino público. Embora a ocupação em si tenha sido resultado em grande medida da resposta espontânea ao descaso da reitora em sequer receber ou discutir as reivindicações estudantis, o movimento adquiriu em poucos dias o caráter de luta política contra o governo e suas medidas de maior intervenção sobre a universidade. Tal foi a força da contradição entre os decretos de Serra e os interesses imediatos dos estudantes que a bandeira da revogação dos decretos se impôs contra o que pretendia a maioria das correntes políticas. E ganhou caráter nacional.

A ocupação da reitoria da USP expressou a retomada do método da ação direta e massiva pelo movimento estudantil. Há anos que não havia uma mobilização que envolvesse um grande número de estudantes, se projetasse numa luta política contra o governo e ganhasse importância nacional.

**A bandeira de revogação dos decretos se impõe**

A ocupação se deu sob a bandeira de “reitora, posicione-se”, acerca dos decretos de Serra. A exigência sobre a reitoria expressava as posições que viam a possibilidade dos reitores e da burocracia universitária se constituírem em aliados dos que estudam e trabalham na universidade contra a ofensiva intervencionista do governo. Tinham em vista que os decretos limitavam a ação da burocracia, ao imporem o controle sobre os recursos e as ações de aceleração da privatização a partir da recém criada Secretaria de Ensino Superior. Essa política foi por água abaixo quando os reitores negociaram com o governo a não aplicabilidade dos decretos às suas atribuições. Imediatamente, os reitores passaram à linha de frente da defesa dos decretos e do governo. Não havia mais sentido em reivindicar um posicionamento da burocracia.

A ocupação, que teve a participação ativa dos moradores do Crusp, formulou uma pauta de reivindicações que tinha como destaque mais moradias, contratação de professores e reforma dos prédios sucateados. Em meio a essas reivindicações, foram implantadas na pauta outras, algumas confusas outras contraditórias, mas sem maior expressão no interior do movimento.

A negociação com a reitora levou à formulação de uma proposta que deixava de lado os decretos para conceder uma migalha: algumas dezenas de moradias a serem construídas e uma promessa de discutir os demais pontos. As correntes políticas de oposição ao DCE, em especial o PSol e PSTU, ficaram alvoçadas com essa proposta: ela permitia colocar a desocupação a partir de “conquistadas”, que serviriam aos propósitos de disputa eleitoral pelo DCE e CAs. Embora não tivessem apresentado a desocupação imediatamente após a negociação com a reitoria, poucos dias depois passaram a defendê-la, justamente sobre a base da oferta do dia 08/05.

A rejeição da oferta da reitora levou à projeção da luta contra os decretos, que passou a ser a bandeira central do movimento e o projetou no Estado e pelo país. A partir daí, o movimento teve de enfrentar uma poderosa campanha da burguesia e de seus meios de comunicação que passaram a exigir o uso da força policial repressiva para a desocupação. Dentro do movimento, a luta em defesa da ocupação se chocava contra a maioria das correntes, em especial PSol e PSTU.

**A ocupação e a greve**

A manutenção da ocupação aumentou a mobilização estudantil, que passou a reunir milhares em assembleias. Criou as condições para a aprovação da greve estudantil, no que foi seguida pelos funcionários e professores. Ao contrário do que tagarelavam algumas correntes, não havia contradição em manter a ocupação e organizar a greve estudantil nas unidades. Houve quem equivocada-

mente “aceitasse” a desocupação em função da greve (LER). A ocupação tinha se tornado uma trincheira de luta, que aglutinava cada vez mais gente para o movimento contra os decretos.

A partir do momento em que professores, estudantes e funcionários estavam todos em greve e a desocupação da reitoria perdeu força política, o PSol e PSTU deram outra volta e passaram a defender a manutenção da ocupação. Perceberam que suas proposições de desocupação os estavam desgastando politicamente e fortalecendo as demais correntes.

A greve dos três setores se instalou, e tinha pela frente a tarefa de constituir uma greve massiva, que colocasse a ocupação de toda a USP, com a inviabilização de todas as aulas e cursos pagos, das fundações e todos os organismos burocráticos. Mas vimos que a greve foi total em algumas unidades, parcial em outras e inexistente em pontos importantes, como Direito, Poli e Medicina.

O fato da greve estudantil não ter alcançado esse objetivo foi um limitador da luta contra os decretos.

**A bandeira da estatuinte sai da manga**

A introdução da bandeira da estatuinte no movimento começou sem maior importância. Foi a LER quem a lançou, abandonando as posições anteriores de defesa da assembleia geral universitária e abraçando essa proposta tradicional do reformismo e da burocracia. A maioria das correntes aceitou passivamente essa bandeira, no início sem dar-lhe maior importância, e depois assumindo-a como meio de negociação da desocupação com a reitoria.

O termo estatuinte ganhou projeção no final dos anos 80, depois do fim da ditadura militar, quando as burocracias das universidades tiveram de reformar seus estatutos, para adequá-los à nova realidade política. Lembremos que a Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) também lançou mão da estatuinte e montou a frasa da democracia e

autonomia no âmbito das particulares. Ele expressa uma reforma estatutária nos marcos do poder da burocracia universitária estatal e da PUC. Por isso, foi incorporado como bandeira pelas correntes do reformismo, que têm como objetivo estratégico na universidade sua reforma e democratização dos atuais organismos burocráticos de poder. Ao preservar a burocracia e seus organismos, a bandeira da estatuinte mantém esses instrumentos de controle da burguesia e seus governos sobre a universidade. Portanto, está em contradição com a real autonomia universitária, que só pode se efetivar eliminando qualquer interferência da burguesia e seus governos, o que quer dizer destruindo a burocracia universitária e seus organismos de poder. A defesa da estatuinte é o abandono da real autonomia universitária em troca da busca de um meio termo com a burocracia autoritária.

### **Uma bandeira artificial acaba servindo para negociar**

É prática das correntes políticas tentarem inserir no interior do movimento algumas de suas bandeiras, de forma artificial. A prática mostra que os movimentos se levantam a partir de bandeiras concretas e que não incorporam bandeiras artificialmente introduzidas. É evidente que a ocupação não aconteceu em função da bandeira da estatuinte e que não seria mantida em função dela. Mas há também um elemento concreto que mostra o papel que podem jogar essas bandeiras artificiais: a reivindicação de estatuinte serviu como ponto de negociação com a reitora para a desocupação, para pôr fim ao movimento de luta contra os decretos. E só serviu para isso porque não se constituía numa cunha entre reitoria/governo e movimento, mas sim num elemento de possível conciliação entre eles.

Assim, foi grave a atitude de correntes políticas que, sem terem formulado a bandeira da estatuinte, acabaram apoiando-a, ainda que de diferentes formas. Ou procuraram remendá-la, sem combatê-la, como fez o PCO, que substituiu a defesa do governo tripartite assentado na assembléia geral universitária pela defesa do "congresso estatuinte".

### **A autonomia da burocracia**

A universidade que temos é de classe, é burguesa. Ela não tem e nunca teve real autonomia universitária. Os decretos do governo constituíram na prática um ataque à autonomia da burocracia universitária e uma maior ingerência governamental no sentido de acelerar a privatização e sucateamento. O decreto declaratório, que na prática formalizou o acordo que tinha sido firmado entre governo e reitores, restabeleceu a relativa autonomia da burocracia universitária: restituiu a liberdade de manejar verbas, devolveu-lhe a atribuição da negociação salarial, colocou-lhe nas mãos a aplicação do ensino à distância e outras medidas privatistas, retornou-lhe a contratação de professores e funcionários.

O decreto declaratório dividiu o movimento. Parte das correntes o avaliou como vitória. Desconsideraram que permanece sua essência: a criação da Secretaria de Ensino Superior e as diretrizes privatizantes. O sindicato de professores (Adusp) encabeçou a retirada do movimento: fez aprovar o fim da greve docente em função do decreto declaratório, e deu um duro golpe na ocupação. A direção da Adusp expressou a ligação de grande parte dos professores com os interesses burocráticos, beneficiados com o decreto declaratório que restabeleceu a autonomia da burocracia.

### **A UNE também sob pressão**

O movimento na USP e demais estaduais paulistas, que contou com apoio e luta de outras universidades pelo país, pressionou a direção burocrática e governista da UNE a agir. Como não pode se chocar contra o governo que ajudou a eleger e integra, e não poderia deixar de se manifestar diante do crescimento das lutas, tentou posar de combativa ao convocar um dia nacional de ocupações de universidades federais. Na verdade, organizou algumas manifestações de curtíssima duração, com hora marcada para acabarem. Com essa atitude típica dos pelegos sindicais, soltou a pressão das bases estudantis que se colocava e abortou a possibilidade de uma luta mais geral pelo país e unificada contra os governos estaduais e federal.

### **A negociação para pôr fim à ocupação**

A ausência de uma direção revolucionária no movimento permitiu que as diferentes posições das correntes o dividissem e enfraquecessem ao redor da avaliação do decreto declaratório. A partir daí, o movimento começou a refluir. As assembléias ficaram menores e a ocupação também reduziu. Apesar da onda de mobilizações estudantis pelo Estado e pelo país prosseguir, o movimento na USP entrou numa descendente. A bandeira de revogação dos decretos perdeu força e o movimento aprovou os chamados "condicionantes" para a desocupação: nenhuma repressão, garantia de cumprimento da oferta da reitora de 08/05, congresso estatuinte e audiência pública com a reitoria sobre seu próprio projeto de "inclusão social" (Inclusp). A bandeira geral de revogação dos decretos foi substituída pelas bandeiras específicas da USP. A luta de choque contra o governo se reduziu a uma negociação com a reitoria ao redor de algumas migalhas. A trincheira de luta foi desarmada.

Os condicionantes serviram de base para que uma comissão formada por professores, reconhecidos academicamente, negociasse um texto de acordo com a reitoria. A negociação resultou num acordo que foi defendido a ferro e fogo na assembléia estudantil por quase todas as correntes. O Psol e PSTU assumiram a linha de frente da desocupação novamente. A direção do Sintusp não se manifestou, o que indica que também estava de acordo com o fim do movimento, que foi aprovado na assembléia de funcionários do dia seguinte. Poucos dias depois da desocupação da reitoria da USP, outras ocupações também caíram.

### **Um acordo fraudulento**

A decisão de desocupação da reitoria foi tomada numa semana em que houve uma desocupação militar na Unesp de Araraquara e uma passeata na USP que rompeu com o isolamento policial para sair às ruas e defender a luta junto à população assalariada. Também ocorreu depois de um encontro nacional de estudantes realizado na própria reitoria e

que aprovou uma campanha em favor das ocupações pelo país. Ou seja, existiam necessidades e elementos concretos de mobilização que permitiam a defesa da continuidade da luta. Mas havia sido aprovada a desocupação sob condicionantes. Apesar da divergência tática, é preciso considerar sob quais condições o movimento recuou. É preciso verificar se os tais condicionantes foram reais. Os termos do acordo elaborado em conjunto com a burocracia mostram que não. Não se garantiu a não punição ao movimento. Abriu-se a possibilidade de punição por dano ao chamado "patrimônio". Ou seja, uma suposta comissão tripartite investigaria os danos e apresentaria um relatório que serviria de base para punir. O que se viu foi que a polícia não aguardou a reunião da comissão e logo foi entrando no prédio e fazendo seu próprio relatório.

Quando ao Congresso estatuinte, a reitora não quis ir além do compromisso de viabilizar materialmente um Congresso da USP, de nenhum poder de deliberação sobre as instâncias burocráticas, de pauta única estatuinte. Será um Congresso para sugerir uma reforma estatutária à burocracia.

O compromisso ao redor do Inlusp é um compromisso da burocracia ao redor de seu próprio projeto, não constitui nenhuma concessão.

Vê-se claramente que o acordo de desocupação é fraudulento: não se constituiu em "condicionantes" para a burocracia. A desocupação foi retirada com base num acordo que permite a repressão individualizada, e não garante nenhuma mudança na estrutura burocrática de poder.

### **O enfrentamento à repressão**

A repressão aos movimentos é a forma de expressão mais aberta da ditadura de classe da burguesia contra os explorados. É a manifestação violenta da defesa dos interesses da minoria parasitária contra os da maioria que trabalha. Os movimentos sociais em geral têm diante de si a tarefa de enfrentar a repressão.

A repressão às lideranças é uma forma da repressão aos movimentos. Seu objetivo é intimidar as bases, pressionando-as a recuarem diante do ataque às lideranças.

A defesa das lideranças atacadas pela repressão se liga à defesa das reivindicações e da luta por elas. Somente a pressão social da mobilização pode defender de fato as lideranças contra a perseguição política. É por isso que a defesa das lideranças está ligada à defesa das reivindicações e não se pode separá-las.

Houve um momento durante a ocupação em que os meios de comunicação prepararam terreno para a repressão individualizada: quando apontaram com entrevistas e fotos nomes que seriam responsáveis pelas atitudes mais radicais e reivindicaram a ação repressiva sobre eles.

Isso fez inclusive com que a LER, principal defensora da bandeira da estatuinte, mudasse sua proposta de "eixo" do movimento para ser "contra a repressão". Ou seja, diante do ataque da burguesia, retroceder nas reivindicações para defender as lideranças.

Ao contrário, a única forma de efetivamente defender as lideranças é com o avanço do movimento ao redor de suas reivindicações, ligando a defesa das lideranças a elas.

### **Luta na universidade e luta pelo socialismo**

A mobilização pela autonomia universitária coloca os que estudam e trabalham contra a burocracia, o governo e a burguesia, ajudando a aproximá-los dos assalariados. Qualquer política que suponha a preservação da burocracia universitária é um obstáculo para a realização da real autonomia universitária, e um desvio da mobilização para o campo da conciliação/submissão. Por isso é que a bandeira da estatuinte tem um caráter distracionista, ao colocar a questão da autonomia no marco da legalidade e controle da casta mandatária na universidade. A burocracia universitária é um instrumento ditatorial da minoria exploradora para impor sua vontade no interior da universidade. Havendo burocracia e seus organismos, não pode haver democracia nem real autonomia. Ao contrário, a assembleia geral universitária soberana, que organiza estudantes, funcionários e professores sob o método da luta de classes, proletário, é ao mesmo tempo instrumento de mobilização, organização e politização, e também é o

embrião do poder autônomo dos que estudam e trabalham em relação aos governos e a classe dominante. É a assembleia geral universitária que impulsiona a mobilização ao ponto de, num patamar elevado da luta, destruir a burocracia universitária e seus organismos e impor o governo tripartite. Ao contrário do que pensam algumas correntes, a assembleia geral universitária não é algo para ser aplicado somente num futuro distante socialista. Ela é instrumento prático e imediato de mobilização, única forma de efetivar a unidade real dos três setores da universidade sem a submissão de estudantes e funcionários aos professores, que contam entre si com elementos da burocracia universitária e têm interesses corporativistas. E é ao mesmo tempo embrião do poder dos que estudam e trabalham, em oposição ao poder burocrático. Por se fundamentar na mobilização contra a burguesia, seus governos e seus instrumentos de manipulação da universidade, é ela quem pode concretizar a real autonomia universitária.

O programa proletário na universidade parte da necessidade de destruir a universidade de classe burguesa, elitista, e colocá-la nas mãos dos assalariados, para que a transformem profundamente. A defesa da real autonomia universitária tem esse papel tático de mobilizar os que estudam e trabalham em torno da luta pelo fim de toda intervenção da classe dominante sobre a universidade. Enquanto a burguesia estiver no poder, atuará para impor e preservar seu controle da educação em geral e da universidade em particular. A luta pela real autonomia universitária se liga à luta pela destruição revolucionária do capitalismo. Por mais que se mobilizem os que estudam e trabalham, só conseguirão conquistar a real autonomia em relação à burguesia e seu governo enquanto durar a mobilização. Logo que o movimento reflua, a burguesia e seus governos agem para retomar o controle e manipular a universidade através da burocracia universitária. Está aí a necessidade de ligar a luta de estudantes e trabalhadores da educação à luta do proletariado pela derrota definitiva da burguesia pela revolução socialista, proletária.

# Tarefas do 50º Congresso da UNE

## I. Que a UNE rompa com o governo Lula

É necessário desestatizar a UNE para que o movimento estudantil lute pelo ensino público, pela autonomia real da universidade e pela unidade com a classe operária contra o capitalismo, em defesa do socialismo. A estatização da UNE se ampliou com a política do PCdoB estalinista de apoiar o governo Lula. Comprometeu-se a independência política e organizativa do órgão centralizador do movimento estudantil. A UNE foi transformada em apêndice da política eleitoral do PT/PCdoB e de sustentação do governo.

Eis por que a sua direção, encabeçada por Gustavo Petta, transformou a UNE em esteio da Reforma Universitária privatista. Em vez de organizar a luta independente pela bandeira do ensino público e pelo controle da universidade, o PCdoB e PT levaram a UNE a fazer negociatas em torno do ProUni.

Os estudantes permaneceram alheios aos acontecimentos, enquanto a burocracia da entidade compactuava com o governo e passava a fazer campanha em favor da aprovação do projeto de Reforma Universitária, que só não foi adiante devido a contradições em torno da possibilidade do Estado intervir nos negócios dos empresários da educação. Não importou para o PCdoB que o fundamento da Reforma era e é de manutenção dos interesses gerais das empresas universitárias, em detrimento do ensino público e gratuito.

A experiência mostrou que o apoio ao governo, o método das negociatas, a aceitação da convivência da estrutura educacional privada com a pública e a participação nas manobras dos governistas de se apresentarem como partidários do controle estatal do sistema privado transformaram a UNE em correia de transmissão da política burguesa para o seio das massas estudantis e a tornaram parte do Estado.

O 50º Congresso deve começar por rechaçar a política de apoio do PCdoB e seus aliados ao governo e aprovar uma resolução de total independência da UNE frente ao Estado e a todas instituições da burguesia.

## 2. Combater o governo de Lula e o conjunto da política burguesa

PCdoB e PT falseiam a caracterização

do governo para justificar o apoio da UNE e defender a política das negociatas. Escconde que se trata de um governo burguês. Mente que o governo de Lula representa um projeto para o Brasil distinto do projeto da oposição, que foi derrotada nas duas últimas eleições presidenciais. Engana ao prever que o “governo representa a possibilidade de vermos aprofundadas as mudanças que o Brasil tanto precisa”. Obscurece o sentido da “intervenção do Estado na economia”, por meio do PAC, que impulsionaria “o necessário desenvolvimento”. E ilude com o objetivo de “querermos a abertura de um novo período marcado por um desenvolvimento democrático e distribuidor de renda”.

Essas falsificações devem ser combatidas dentro e fora do 50º Congresso.

No primeiro mandato, o governo PT\Lula se submeteu às diretrizes do capital financeiro nacional e internacional. Agora, no segundo, mantém a mesma linha.

A bandeira da direção da UNE de destituição do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, mostra bem a submissão do governo Lula ao grande capital. Meirelles continua, no segundo mandato, a gerenciar os interesses gerais da classe capitalista e em particular aos dos banqueiros.

Na essência, o governo de Lula dá continuidade às diretrizes do governo FHC, que por sua vez esteve de acordo com as exigências do imperialismo.

O governo de Lula é burguês: antioperário e pró-grande capital. A idéia de que se trata de um governo nacional, de posse de um projeto nacional de desenvolvimento, que permite distribuição de renda, não se sustenta.

Nenhuma tarefa democrática pendente do capitalismo atrasado (semicolonial) está sendo resolvida ou em vias de se resolver. Eis o que se passa: manutenção da estrutura fundiária em contraposição à reivindicação de reforma agrária do MST, continuidade das desigualdades regionais, garantia aos empresários da educação e favorecimento da oligarquia. Quanto a tal democratização – perpetuação do Estado burguês e toda podridão dos partidos que o comandam. Quanto à miséria das massas – os programas assistencialistas não fazem senão confirmar a situação de penúria da maioria e o salário mínimo de fome sustentada a superexploração. Avança a concentra-

ção de riqueza para a minoria e a expansão da miséria para a maioria.

O governo Lula é tão bom guardião dessa lei econômica e social do capitalismo quanto foi seu antecessor.

A lei antigreve dirigida contra o funcionalismo é a prova mais cabal de que se trata de um governo reacionário. O mesmo se verifica no envio de tropas para o Haiti. Lula atendeu à política intervencionista ditada pelo imperialismo por meio da ONU.

A oscilação do governo entre os interesses específicos da burguesia nacional e internacional não modifica a essência de sua linha pró-grande capital e adversa à maioria oprimida.

O 50º Congresso não pode permitir que o PCdoB e PT caracterizem o governo de progressista e favorável aos trabalhadores e à juventude. É necessário que seja aprovada uma linha de oposição revolucionária ao governo e ao conjunto da política burguesa.

## 3. Evitar a divisão organizativa do movimento estudantil

A burocratização da UNE e seu aparelhamento pela política estatizante do PCdoB têm sido justificativa para o PSTU encabeçar um movimento de cisão. A Conlute tem por orientação constituir uma outra organização nacional dos estudantes.

O 50º Congresso necessita discutir a divisão em andamento e aprovar uma posição contrária. Mas não deve ser uma posição formal, de interesse do PCdoB e seus comparsas. A unidade organizativa dos estudantes passa a depender da luta contra a estatização e burocratização da UNE.

A responsabilidade do estalinismo e do reformismo petista vem em primeiro lugar. O fato de a organização estudantil ter se constituído em auxiliar do governo Lula abriu caminho para o divisionismo.

A burocratização e a deformação da democracia interna cresceu com a UNE “chapa branca”. Haja vista este congresso, que não expressa a discussão de teses políticas nas bases e a eleição representativa de delegados. É inconciliável a democracia operária, que deve alicerçar a vida social e política do movimento estudantil, com o apoio ao governo burguês, seja ele qual for, e com a estatização da UNE.

A democracia dos congressos, das elei-

ções, das assembléias e do direito de divergências entre as correntes legítimas do movimento depende da independência da UNE, UEEs, DCEs e CAs frente a toda política burguesa, do programa de combate ao capitalismo e do método da ação direta. A direção da UNE tem feito o oposto, o que incentiva correntes como o PSTU a agir no sentido de cindir a UNE, sem que fosse resultado da luta política interna e da vontade de uma importante camada estudantil mobilizada.

A Conlute tem procurado expressar em certa medida o movimento recente nas universidades estaduais e federais, de forma que justifique a divisão. O futuro vai dizer se a Conlute se tornará uma organização das massas estudantis e se a UNE declinará definitivamente sob o peso da burocracia e da conciliação de classe. Mas é nosso dever lutar contra a divisão e constituir uma fração revolucionária em total oposição à política do estalinismo e do reformismo apodrecido do PT.

Chamamos o 50º Congresso a se colocar pela reconstituição da unidade organizativa da UNE, aprovando os seguintes pontos: 1. Convocação de um Congresso de comum acordo com a Conlute; 2. Romper com o governo Lula e toda política de estado; 3. Estabelecer a democracia proletária, como base de funcionamento das organizações estudantis.

## 4. Defesa do ensino público

É preciso combater a farsa do estalinismo e do reformismo quanto à defesa do ensino público. A coexistência da escola pública com a privada favorece a mercantilização. Não há como lutar pela universidade pública admitindo o ensino privado de empresários, seja de Igrejas.

O governo tem feito de tudo para atrofiar as universidades públicas e facilitar a expansão da rede privada. Para isso, congelou as verbas públicas e criou mecanismo de subsídios aos empresários e às Igrejas, a exemplo do ProUni.

A criação de Fundações no seio das universidades públicas tem servido aos interesses privatistas. A denominada parceria público-privado vem promovendo esse mesmo fim. A recente intervenção do governo de São Paulo nas universidades estaduais, por meio da criação da Secretaria de Ensino Superior, objetiva implantar a parceria, fortalecer as Fundações e limitar o caráter público do ensino universitário.

É conhecida a orientação do Banco

Mundial para que o governo se desfaça da responsabilidade com a universidade pública e que deixe o ensino superior a cargo dos empresários.

A posição do governo Lula de criar algumas universidades federais não modifica o quadro privatista, que continua a dominar. As pressões dos empresários sobre o MEC para regulamentar e facilitar o ensino a distância (EAD) visa a negócios lucrativos com a educação. A criação da Universidade Aberta federal pelo ministro Fernando Haddad é um passo para viabilizar o sistema on-line, que beneficiará o ensino universitário privado.

O capital internacional quer que a educação seja classificada como serviço e que se acabem com as reservas nacionais de mercado. As exigências das potências para que o Brasil e demais países atrasados permitam investimentos externos no sistema de ensino têm sido colocadas como ponto de negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Há, por todos os lados, uma ofensiva do capital para expandir a universidade privada e os meios mais lucrativos, como o EAD. O que implica golpear a universidade pública e rebaixar ainda mais o já debilitado ensino universitário.

Estão aí razões suficientes para se travar a luta implacável contra o sistema privado. A defesa do ensino público exige a liquidação do ensino privado em todos os níveis.

O 50º Congresso tem a tarefa de aprovar: 1. Estatização do sistema privado, por meio da expropriação sem indenização; 2. Constituição de um sistema único público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social; 3. Controle da educação por quem trabalha e estuda; 4. autonomia universitária.

## 5. Resolução antiimperialista

Está claro que há uma ofensiva militarista e intervencionista das potências sobre as semicolônias e povos oprimidos. A guerra que se desenvolve no Oriente Médio expressa os interesses do imperialismo. O mesmo ocorre no Afeganistão. O Plano Colômbia representa o intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina. As ameaças contra o governo nacionalista de Hugo Chaves faz parte desse quadro.

O fortalecimento das tendências bélicas, incluindo o incremento do comércio de armas, se reflete no conflito entre EUA e

Rússia em torno da decisão do governo Bush de instalar na Polônia um sistema de mísseis. A possibilidade da guerra no Iraque se expandir para o Irã é grande. Os EUA preparam as condições políticas para isso, militarmente estão prontas.

A resistência no Iraque, a situação de guerra civil na Palestina e os combates no Líbano indicam que os choques dos povos oprimidos contra as forças do imperialismo e pró-imperialistas irão se agravar.

É nesse quadro que aumentam as exigências das potências para que as semicolônias, como Brasil, Índia, México etc, e a China que restaura o capitalismo abram seus mercados para os produtos industriais.

Está previsto o agigantamento da crise de superprodução e a necessidade das multinacionais de ampliarem mercados. As negociações internacionais (G-4, G-8, G-20) não fazem senão ressaltar os impasses do capitalismo mundial. É ilusão imaginar que haverá um acordo bom para todos. As potências impõem e imporão suas condições. Estamos diante de uma guerra comercial travada pelo punhado de países que detém o capital monopolista e manejam o mercado internacional. A China, Índia e Brasil serão fatores de crise comercial no futuro próximo, principalmente a China.

O problema não reside apenas na necessidade de controle multinacional de fontes de energia e de outras matérias primas, que tem levado aos combates no Oriente Médio, mas também em torno dos mercados. A restauração capitalista na ex-União Soviética, no Leste Europeu, China e Vietnã têm servido de respiro para o capital internacional, mas o respiro se esgota. Tudo indica que depois de mais de uma década de crescimento mundial virá uma crise cuja dimensão poderá ser gigantesca.

As massas mundiais continuaram a sofrer as conseqüências do desemprego e da miséria. O que prova que o crescimento econômico só serve à burguesia.

O 50º Congresso está chamado a aprovar uma resolução estratégica de luta antiimperialista e anticapitalista. Eis alguns pontos: 1. Autodeterminação dos povos; 2. Derrota do imperialismo, defesa das nações oprimidas contra as opressoras; 3. Retirada das tropas do Haiti; 4. Não pagamento das dívidas interna e externas; 5. Expropriação do grande capital, sob controle operário da produção; 6. Constituição de uma frente única antiimperialista; 7. Governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

## Diante do fracasso do ensino, aumentam a centralização autoritária e a mercantilização

# PDE de Lula: avaliação como instrumento de punição às escolas e justificativa de redução de gastos

O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado para orientar o novo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de Lula, lançado este ano, confirmou, mais uma vez, o fracasso do ensino público. De 55.967 escolas das redes públicas estaduais e municipais de todo o país avaliadas, os resultados obtidos (cerca de 9 mil escolas não receberam notas) foram: apenas 166 (0,59%) escolas de Ensino Fundamental I conseguiram alcançar nota 6, num total de 27.951 e só 62 (0,33%) de escolas de Ensino Fundamental II alcançaram ou superaram o índice de 5,5, de um total de 18.653 escolas. Essas notas são consideradas como padrão de qualidade para o Ministério da Educação para estes níveis de ensino e meta a ser alcançada até 2021/2022.

A meta do governo, se alcançada, estaria igual ou abaixo do nível de conhecimento dos alunos dos países de capitalismo desenvolvido apresentado em 2003 (há quatro anos atrás). É isso que o governo Lula almeja para daqui a 19 anos. Segundo seus próprios cálculos, a Holanda apresenta Ideb de 7,0 e o Reino Unido 6,5. No Brasil, apenas 0,01% das escolas (9 delas) conseguiu Ideb de 7,3 e só 0,05% (33 escolas) de 6,5. O índice médio do país atualmente está em 3,8 para o Ensino Fundamental I e 3,5 para o Fundamental II. Apenas 12.857 escolas de 1ª. a 4ª séries e 6.841 de 5ª. a 8ª. séries apresentam esses índices.

Para o governo, tais dados revelam a necessidade de se estabelecer metas para as escolas e municípios que apresentam problemas com a educação. Foi para isso que Lula criou o Ideb, para funcionar como mecanismo de controle / centralização das escolas, isto é, como “critério” que verificará o cumprimento das metas fixadas no Compromisso Todos Pela Educação, estabelecido entre a União, os estados e municípios, e envolvendo a denominada “sociedade civil”, leia-se: empresas privadas. O alardeado “investimento” nas 5 mil escolas com os piores índices consistirá na miséria de R\$ 6 mil por ano, ou seja, R\$ 500 por mês para infra-estrutura física,

materiais pedagógicos e apoio metodológico. E para receberem essa migalha terão de seguir o plano traçado pelo Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola), criado por FHC e “revitalizado” por Lula, que “diagnosticará” os problemas dessas escolas e exigirá detalhes de como essas escolas utilizarão os recursos.

O Ideb explica o resultado positivo de algumas escolas pelo fato de contarem com o engajamento dos professores, que têm projetos pedagógicos e bom relacionamento com a comunidade escolar. Na verdade essas escolas com o dito “padrão de qualidade” são laboratórios e centros de treinamentos, vinculados às universidades públicas. São os chamados “Colégios de Aplicação”, com custos 5 vezes superiores à média da rede pública. É bom lembrar que os alunos dessas escolas são de classe média, que pagam taxas, e não os dos bairros pobres onde impera o desemprego e a miséria.

As reais razões do fracasso da educação: 1) A grande maioria das escolas vive à míngua. Os poucos recursos que vêm dos governos sequer chegam às salas de aula. Os trabalhadores da educação vivem esmolando junto aos alunos para xerocar avaliações, textos e executar alguma atividade fora de sala de aula. Enquanto isso, a corrupção do dinheiro público é descarada. 2) Nas escolas, nada se ensina e nada se aprende. O ensino é livresco, obscurantista, repetitivo e voltado aos interesses da classe dominante, que controla o Estado. 3) Ensinar tornou-se uma martírio para os professores porque passam o tempo todo administrando os conflitos de indisciplina em sala de aula. 4) Para os alunos, é um suplício agüentar as aulas enfadonhas e a disciplina imposta pela punição. 5) O fracasso escolar comprovado pelo Ideb é consequência de um sistema de educação moldado para manter a ordem econômica e social vigente. 6) As soluções governamentais de centralização burocrática e avaliação externa visam a reduzir a responsabilidade do Estado para com o ensino e ampliar o caminho da privatização. Medidas que vêm sendo implantadas há

duas décadas por orientação do Banco Mundial. Diante do fracasso, os governos querem responsabilizar os professores. 7) Uma nova escola só poderá ser fruto de uma nova sociedade.

### Serra avança a centralização autoritária

No estado de São Paulo, o governo resolveu punir professores e até diretores de escola (serviçais do próprio governo) porque cobravam dinheiro da xerox de provas dos alunos, a medida que as escolas não têm verbas para isso. Afastou diretores e professores e estabeleceu um sistema de perseguição (forçando a delação) dos professores que pedem reembolso de xerox aos alunos. Na realidade, o governo sempre soube desta cobrança comum nas escolas. Aproveitou a ocasião para reprimir mais ainda os professores e diretores.

O autoritarismo do governo se estendeu ao controle do que se ensina em sala. Para solucionar o problema de ausência de material, ao invés do governo enviar verbas às escolas, resolveu providenciar apostilas e anunciou que as provas do Sa-resp seguirão exatamente o conteúdo das mesmas. Ou seja, tira do professor o mínimo de autonomia que lhe resta.

Está aí por que dizemos que a reforma da educação, implantada pelos governos, é centralizadora e autoritária. Os governos, por meio das apostilas, querem controlar o que se ensina nas salas de aula. E o controle virá por meio das avaliações externas. Medirão os índices de aproveitamento escolar e o desempenho dos professores pelo grau de memorização do conteúdo das apostilas. O fato é que o ensino se tornou e torna cada vez mais embrutecedor das capacidades mentais dos alunos e dos professores.

### O papel subserviente da burocracia sindical na “qualificação” de mão de obra

O Condefat quer que o Ministério do Trabalho aplique R\$ 900 milhões num programa de qualificação de mão-de-obra, em 2008. Alega que o FAT

tem gasto mais com abono e salário de-emprego do que com formação. O FAT gastou R\$ 87,8 milhões em 2005 e R\$ 83,1 milhões em 2006 com “qualificação” de mão-de-obra. Ou seja, mesmo tendo “diminuído o investimento”, trata-se de mais do que pretende gastar com as escolas urbanas (R\$ 30 milhões) e rurais (R\$ 60 milhões) de todo o país para resolver problemas da educação básica. A questão é que o gasto com “qualificação” favorece a burguesia e a burocracia sindical. É consenso entre governo e capitalistas que a dita qualificação da mão-de-obra pode ser feita em parte pelas escolas técnicas ou superiores e em parte pelas próprias empresas. São milhões e milhões de reais que são usados para ludibriar uma parcela de trabalhadores que almeja chegar ao mercado de trabalho com uma profissão.

O problema está em que os capitalistas destroem postos de trabalho, impõem acordos que precarizam as relações trabalhistas e terceirizam setores inteiros da produção e exigem que a burocracia sindical endosse seus planos contra a força de trabalho. Mas por cima, falam em “qualificar” mão de obra.

### **Mais programas de mercantilização do ensino**

O favorecimento do capital privado através da educação tem se dado de diversas formas no governo Lula. Há as formas explícitas de favorecimento como o ProUni e as formas disfarçadas como o Bolsa Família. Agora, Lula pretende “premiar” os filhos de “beneficiários” do Bolsa Família que completam o Ensino fundamental com R\$ 400,00 e com R\$ 800,00 àqueles que concluírem o Ensino Médio.

Essas medidas têm como objetivo reduzir a evasão escolar e aumentar os índices de aprovação nas avaliações impostas pelos governos. Ficou evidente que o Bolsa Família não contribuiu para a queda de abandono das escolas e não trouxe melhorias na aprendizagem dos envolvidos. Ao invés do governo oferecer trabalho aos milhões que vivem do Bolsa Família, concede uma esmola e obriga os pais a manterem as crianças nas escolas. Esse mecanismo fracassou.

Em São Paulo, José Serra adotou o “Programa Ler e Escrever”, já implantado na capital, quando era prefeito. O programa tem como cerne as parcerias com 26 instituições privadas de ensino superi-

or, que oferecem estagiários das áreas de Pedagogia, Letras, Normal Superior e Pós-graduação em metodologia de ensino, para atuarem em salas de aula de primeira série do Ensino Fundamental. Os estagiários não recebem nada, quem recebe são as instituições. Essas ganharão R\$ 500,00 por cada um deles, totalizando R\$ 14,4 milhões de gastos do Estado. Trata-se de um negócio da China, as instituições nada gastam e ainda tem a garantia de pagamento da mensalidade de seus alunos que trabalharão de graça (4 horas por dia e 20 semanais).

A mercantilização do ensino não pára aí. O Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou um estudo que aponta a falta de 235 mil professores do Ensino Médio, das áreas de física, química, biologia e matemática, isto é, um provável “apagão do ensino médio no país”. E, dentre as soluções, propõe a criação de uma espécie de ProUni para este nível de ensino, ou seja, compra de vagas em escolas particulares.

Como se vê, as medidas são de expansão da privatização do ensino. Combater-las significa levantar a bandeira do ensino público e gratuito em todos os níveis e expropriação de todas as formas de educação mercantilizada.

### **Burocracia sindical e ONG'S saqueiam recursos.**

Numa demonstração de que o governo “reconhece os esforços” daqueles que se dedicam à educação, numa ação tipicamente demagógica, Lula, em 20 de junho, distribuiu o selo “Cidade Livre de Analfabetismo” entre as pouquíssimas 64 cidades (de um total de 5.560) que têm menos de 4% de analfabetos entre sua população. Isso quando o país apresenta uma taxa de 13% e o analfabetismo funcional atinge um quarto dos brasileiros com idade igual ou superior a 15 anos. O selo é um dos pontos do PDE. Outro ponto é a decisão do governo de substituir os professores leigos (“educadores”) pelos professores da rede pública nos programas de alfabetização de adultos, além do dito aumento do “investimento” que resultará em apenas R\$ 200,00 por aluno.

Tanto a hipócrita distribuição do selo como a troca de professores, na realidade, se relacionam à necessidade que o governo tem de disfarçar o fracasso de seu programa Brasil Alfabetizado, do primeiro

mandato. A maioria dos professores leigos eram ligados a ONG's, que foram criadas só para saquear verbas públicas. Entre 2003 e 2006, nesse programa foram investidos R\$ 750 milhões, sendo que a maior parte deste dinheiro foi para os bolsos das ONG's. A maioria dos 7,3 milhões de analfabetos continuou sem saber ler e escrever.

Na cidade de São Paulo, as fraudes incluíam classes fantasmas, duplicidade de turmas, educadores cadastrados para atuar em três locais diferentes no mesmo horário e não pagamento de salários aos educadores. De 241 turmas cadastradas, pelo menos 80 tinham como endereço terrenos baldios ou residências cujos proprietários nem sabiam da existência do Brasil Alfabetizado. Apenas no primeiro semestre deste ano, os repasses às ONG's da capital chegaram a R\$ 20 milhões. O maior problema é que a ONG que mais recebeu recursos é vinculada à burocracia da CUT. Diante disso, o MEC resolveu reduzir - não eliminar - o número de convênios com as ONG's ligadas ao programa.

A burocracia sindical e as ONGs são correia de transmissão da política burguesa para a população pobre. Mamam às custas do dinheiro público e se posam de assistencialistas. Os trabalhadores devem rechaçar esses agentes do Estado.

### **Para combater a centralização e mercantilização do ensino**

O POR atua nos sindicatos de profissionais da educação e no movimento estudantil, através da Corrente Proletária na Educação, defendendo um único sistema de ensino público, laico, científico, voltado à produção social. Isso implica o fim do ensino privado, através da expropriação das escolas, e sob o controle de quem trabalha e estuda. Combate, portanto, todas as formas de mercantilização e a centralização do ensino.

Trata-se de uma reivindicação democrática de acesso livre aos filhos dos explorados a todos os níveis de ensino. Permite a unidade dos trabalhadores e estudantes contra as medidas destruidoras da educação pública. E possibilita, na luta pelas reivindicações democráticas, compreender e combater a raiz da decomposição do ensino, que é o sistema capitalista de produção. Por isso, a Corrente Proletária não separa a luta por uma nova educação da luta por uma nova sociedade, sem exploradores e explorados.

## Exploração do trabalho infantil lidera as estatísticas em Rondônia

São aproximadamente 50 mil crianças e adolescentes que estão liderando as estatísticas no país, sendo explorados em atividades de trabalho no campo e na cidade. Rondônia perde apenas para o Piauí, no âmbito geral, mas, tratando-se do campo, lidera as estatísticas. Do total, Rondônia encontra-se com 13,69 %, destacando-se no segundo lugar em todo país. Na capital, Porto Velho, a concentração do trabalho infantil está em atividades domésticas, flanelinhas e trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. No decorrer de dois anos, pulou de 4º lugar para o 1º.

### Campanhas contra a exploração do trabalho infantil

Nos marcos do capitalismo, mesmo que sejam organizadas campanhas e mais campanhas com esse fim, jamais essa mazelha acabará definitivamente. A delegada regional do trabalho tenta dar uma explicação mirabolante, justificando que as 30 mil crianças que trabalham no campo, de-

vem-se ao fato de que o Estado é eminentemente agrícola e são as famílias que levam suas crianças, mas não ataca o fundo da questão, que é a existência da luta de classes, em que uma minoria parasitária concentra rendas, explorando a maioria e por isso muitos pais precisam que seus filhos trabalhem exaustivamente junto a eles.

### O fórum de erradicação do trabalho infantil debate a problemática

É apenas mais desses fóruns reformistas que chama o debate, faz alarido de **faz de conta**, como mais um meio de chamar atenção e assegurar eleitores para a próxima campanha, vendendo as ilusões na caça de votos, fazendo opinião pública favorável a eles, obscurecendo a raiz do problema. Para chamar atenção, fala das multas cobradas às empresas, que varia de um a cinco salários mínimos, e nos problemas de saúde decorrentes do trabalho exaustivo desempenhado pelas crianças e adolescentes.

### E o Peti não resolve o problema?

A administração municipal de Roberto Sobrinho/PT não opera o milagre com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), pois a capital do estado Porto Velho engrossa as estatísticas. Nem o Peti, nem **bolsa família**, ou qualquer tipo de programa assistencialista darão conta desse problema, enquanto existir o sistema de exploração do trabalho em que sequer as crianças são poupadas em meio ao intenso desemprego dos jovens e pais de famílias. A Secretária da Ação social de Roberto Sobrinho anuncia outras políticas assistencialistas e distracionistas, como palestras, vigilância etc.

O que as famílias precisam é de emprego com salário mínimo vital capaz de atender as suas necessidades básicas junto com sua família, o que se choca com o salário mínimo de fome e com o desemprego que é gerado pelo sistema decadente que sequer reproduz seus escravos.

## Carta aberta aos trabalhadores em educação de Ceará-Mirim

A Corrente Proletária/POR vem atuando enquanto direção da Regional do Sinte há vários anos, se contrapondo aos governos opressores dos trabalhadores e enquanto oposição à direção estadual do Sinte.

As formas de atuação sempre tiveram como eixo o envolvimento dos trabalhadores pela conquista de nossas reivindicações através do método da ação direta, como greves, manifestações, etc. Sempre rejeitamos o método conciliador e de fortalecimento do parlamento.

Diante disso, temos o dever de explicar aos trabalhadores em educação a nossa posição frente a atual eleição da regional. Entendemos que a atuação em um sindicato neste período em que a grande maioria das direções está ligada aos governos, seja federal, estadual ou municipal é de grande importância, uma vez que precisamos construir direções revolucionárias.

No entanto, a Corrente Proletária/POR tirou como encaminhamento a não participação deste processo eleitoral formando chapa. Somos uma corrente política embrionária, e atuamos nos sindicatos e movimentos buscando o fortalecimento das nossas idéias. Durante o período que estivemos na direção, tentamos desenvolver a construção de quadros que atuassem junto conosco. Como não somos eleitores, não utilizamos a política de caudilhismo ou de líder. A base é a

força que move e enfrenta governos opressores. Como não foi possível esta construção, enquanto corrente embrionária iremos buscar o nosso fortalecimento discutindo junto à base nossas idéias. Nosso objetivo é a tomada da direção do movimento, que hoje está nas mãos do PT e PCdoB. Apenas mudaremos a tática de nossa atuação junto aos trabalhadores.

Pretendemos continuar atuando enquanto corrente política dentro do movimento, fortalecer um bloco de oposição a direção estadual do Sinte, que vem traindo os trabalhadores.

### Por que não apoiar a chapa do PSTU?

Nossa corrente tem uma posição muito clara frente a divisão do movimento. O PSTU busca o fortalecimento da Conlutas enquanto Central Sindical deixando os trabalhadores ligados a CUT a mercê do PT/PCdoB. Entendemos que a direção da CUT vem travando a luta por estar ligada ao governo Lula e facilitando a implementação de todas as reformas que atacam os trabalhadores. No entanto, não é a construção de um outro aparelho minoritário que fará com que os trabalhadores adquiram a consciência e se contraponham ao governo. O rompimento com a CUT divide o movimento e deixa os trabalhadores a mercê de uma burocracia traidora. Sempre fizemos um chamado aos companheiros

para a construção de uma fração dentro da CUT mostrando a traição que a direção vem fazendo. O PSTU se aventurou na construção de um outro aparelho e tem se utilizado desta política em todos os locais onde são direção.

Diante disso, não chamamos voto na chapa única formada pelo PSTU.

### Chamado ao fortalecimento do sindicato

Fazemos um chamado a todos os trabalhadores em educação para o fortalecimento do nosso instrumento de luta, que é o sindicato. As nossas conquistas só são atendidas quando os trabalhadores vão à luta com seus métodos próprios. Este é o momento em que devemos discutir nossos problemas enquanto categoria e buscar formas de enfrentamento com os governos. Os ataques só tendem a se aprofundar e a nossa tarefa é reagir a eles. Os governos, sejam de oposição ou não ao governo federal, implementam toda política de ataque a nós trabalhadores. E a educação vem sendo o alvo principal deste ataque. Por isso, devemos atuar em nosso sindicato discutindo politicamente e participando das lutas.

Ceará-Mirim, junho de 2007.

Corrente Proletária Na Educação  
Partido Operário Revolucionário/ Por

## Nesta edição:

- Bolívia: O Problema da Terra no Processo Histórico
- Massas dão as costas ao conflito governo-oposição
- Agudização da luta armada no Oriente Médio é fruto da opressão imperialista

# Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## O Problema da Terra no Processo Histórico

Patrício

Ao longo do tempo persistiu no território que agora se conhece como boliviano o problema da terra, em alguns momentos se tornou muito agudo, da mesma forma que o problema do campesinato, com exceção da etapa do comunismo primitivo.

De forma obrigatória, as tendências que proclamam serem revolucionárias devem mostrar sua posição sobre a atual forma da propriedade da terra e o que propõe quanto a isto, porque constitui a base sobre a qual se levantam as diversas sociedades que se conhecem e que se conhecerá na história.

As diversas formas de sociedades que conhecemos e as que iremos conhecer iniciaram e desenvolveram de dois tipos de propriedade (a privada e a social). A propriedade privada é essa que vemos todos os dias em todos os lugares. A novidade é a social ou base estrutural da sociedade comunista, em nossa época uma novidade aceita unicamente pela vanguarda do proletariado.

A propriedade social é aquela que é de todos os que compõem a sociedade, são de todos e de nenhum como propriedade privada; dito de outra forma, são de todos os habitantes e de nenhum deles privadamente.

O continente hoje chamado americano se liga historicamente, partindo das etapas anteriores às do Incário, na propriedade comunista primitiva da terra. Na Bolívia restam vestígios valiosos desta etapa nas terras das comunidades e são mais significantes as que sobrevivem com os grupos selvagens do Oriente.

O déspota Mariano Melgarejo (1820-1872) usurpou as terras comunitárias dos camponeses. A Lei de 28 de setembro de 1868 dispôs sobre a expropriação das comunidades. Os familiares de Melgarejo surrupiaram as terras das comunidades. A resposta foi o levante geral dos camponeses.

Não é surpreendente que setores da flor e da nata da classe dominante da época cooperassem com Melgarejo e eligiam aquele que aplacou aos camponeses em benefí-

cio, em último termo, dos K'aras (Branços). A Bolívia e suas classes dominantes, desde a colônia até hoje, viveram e ainda vivem ao custo da exploração e opressão dos indígenas e do saque de suas terras.

Foi a aristocracia latifundiária a que lutou, nos começos do século XIX, para conquistar a constituição de uma república independente da do Alto Peru, violentando as idéias e a política de Simón Bolívar, que lutava para impor no continente grandes e poderosos blocos republicanos.

No devemos esquecer que a constituição soberana da Bolívia partiu das republiquetas, formadas pelos criollos (brancos nascidos na colônia) que se levantaram em armas contra a opressão da Espanha e se organizaram de forma independente em cada região, colocando em pé tropas irregulares e administraram seus interesses sem ajuda de ninguém.

As republiquetas expressavam as tendências locais e centrífugas que afloraram como consequência da decadência da colônia, da ruína das minas e da agricultura e respondia aos interesses dos latifundiários, empenhados em manter sua condição de exploradores e opressores de servos. O localismo se projetou poderosamente sobre a república.

Já na república, os ideólogos e políticos da classe dominante não demoraram em revelar que o país descansava sobre as costas dos indígenas. Um exemplo: no parlamento de 1895, durante a interpelação do ministro da guerra Luis Paz (1854-1928) este pronunciou sua famosa frase que diz: "A democracia boliviana descansa sobre o índio". Referia-se a que se empregava muito rigor para obrigar aos camponeses a construir estradas, transportar a correspondência, etc., enquanto o rigor desaparecia nas cidades.

Ajudará-nos a compreender as condições que deram forma ao nascimento da Bolívia e como esta vêm se movendo: na Constituinte de 1925, se rechaçou de imediato a proposta de outorgar cidadania aos analfabetos.

A experiência viva ensina que a pequena propriedade dos camponeses acaba sendo absorvida pelos grandes proprietários das cidades. Na atualidade, o presidente “índio” se esmera em entregar um lote de terra aos camponeses (sem afetar em nada a grande propriedade agrária “produtiva” dos latifundiários) e procura acreditar que assim transformará radicalmente o país.

Não se pode esquecer que as burguesias imperialistas enriquecidas, que já começam a sentir sua gradual e progressiva decomposição, continuam tendo força e possibilidades para seguir engolindo as pequenas propriedades, importando-lhes pouco onde se encontrem na atualidade.

Na atualidade a quase totalidade dos camponeses das nacionalidades que vieram de épocas milenares foram ganhos pela propriedade privada da terra. O atual governo, supostamente “índio”, prega aos gritos que respeita e fará

ser respeitada a propriedade privada em todas suas dimensões, a grande, a média e a pequena.

Sem dúvida que a base econômica estrutural da sociedade burguesa é a propriedade privada dos meios de produção em suas três dimensões. Nem que o atual governo “índio” é pró-burguês, pró-capitalista:

Agora que as massas camponesas se mobilizam, buscando melhores condições de vida e de trabalho, que têm levantado para exigir que suas reivindicações sejam satisfeitas pelas autoridades governamentais, chegou o momento de impor a mobilização nacional sob o lema de expulsão dos latifundiários e a imposição da propriedade social da terra.

*(Extraído do jornal “Masas” boliviano nº. 2041 de 15/06/2007)*

## **Massas dão as costas ao conflito governo-oposição Rechaçam a prorrogação da Assembléia Constituinte**

A maioria da população rechaça a prolongamento das sessões da Constituinte, está convencida do fracasso da Constituinte e nada transcendente espera dela.

Tanto o M.A.S. como a oposição direitista respeitam, protegem e garantem a grande propriedade privada das multinacionais, dos empresários, dos latifundiários, dos

banqueiros, dos grandes importadores etc.

Enquanto estiver na base da economia a grande propriedade privada dos meios de produção, a sociedade será burguesa e sua Constituição será expressão jurídica da vontade dos exploradores.

## **FRACASSA CONVOCATÓRIA DA OLIGARQUIA LATIFUNDIÁRIA NO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO TRIUNFO DO “SIM” NOS DEPARTAMENTOS DA “MEIA LUA”.**

Anunciaram a realização de gigantescas manifestações no primeiro aniversário do referendun de autonomia e asinalaram que seria o ponto de partida para a aplicação de fato de seus Estatutos Autonomistas. A maioria da população não respondeu ao chamado dos cívicos. O mencionado Estatuto de Autonomia é uma repugnante expressão do despotismo provinciano dos latifundiários, carregado de racismo e pelo afã ilimitado de açambarcar a terra e os recur-

sos públicos em suas mãos.

Os explorados da “Meia Lua” começam a diferenciar-se dessa burguesia latifundiária e entreguista. Os povos indígenas do oriente se mobilizam contra os oligarcas reivindicando as “autonomias indígenas”. O M.A.S. procura a conciliação com os oligarcas sacrificando as ilusões dos indígenas.

## **Bloqueio de mineiros de Huanuni**

Além de suas reivindicações de tipo salarial, de investimentos e de proteção da mineração como propriedade estatal, pedem autogestão da Empresa Mineira Huanuni.

Expressam assim sua desconfiança na administração do governo através da COMIBOL.

*ENQUANTO OS POLITIQUEIROS OFICIALISTAS E OPOSITORES SE OCUPAM DE DISPARATES (discussão sobre a sede do governo ou as autonomias que não resolveram nada porque a ordem burguesa continua vigente), O CUSTO DE VIDA SOBE, A MISÉRIA EXTREMA SE AGRAVA, NÃO HÁ*

*TRABALHO, OS SALÁRIOS DE FOME ESTÃO CONGELADOS, AS MULTNACIONAIS CONTINUAM SAQUEANDO O PAÍS EM SOCIEDADE COM O ESTADO BURGUEZ, O GÁS ESCASSEIA, OS 87% DA TERRA CONTINUAM NAS MÃOS DE 100 CLÃS FAMILIARES.*

**RESPOSTA REVOLUCIONÁRIA A ESTA CALAMIDADE:**  
 ¡¡REVOLUÇÃO SOCIAL! GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS!

# Agudização da luta armada no Oriente Médio é fruto da opressão imperialista

## Palestina dividida

Após o Hamas tomar o poder na faixa de Gaza e expulsar o partido pró-imperialista Fatah, que instalou seu governo na Cisjordânia, a palestina vive um duplo poder: um nacionalista que rechaça o imperialismo e qualquer acordo com Israel e outro pró-imperialista, representado pelo presidente da ANP (Autoridade Nacional da Palestina) Mahmoud Abbas, e propenso a firmar acordo de reconhecimento da existência do Estado de Israel. Para isso, o Fatah pede em troca o retorno das negociações com Israel desde a vitória eleitoral do Hamas em 26 de janeiro de 2006.

Para desestabilizar o governo de Hamas instalado em Gaza, os países imperialistas, também chamados de *O Quarteto* (Rússia, Estados Unidos, União Européia e ONU), tratam de intensificar o estrangulamento econômico do Hamas através de boicote econômico (repasse de impostos) e apoio às investidas militares de Israel, assassinando centenas de civis inocentes como ocorreu no começo deste mês, onde 11 palestinos foram mortos. Israel alega que é apenas uma operação de rotina, que visa a atingir apenas a “infra-estrutura terrorista”. Como se vê, a rotina do Estado de Israel e dos países que lhes dão apoio é a da violência, do assassinato, da miséria das massas, justificada sempre pela ação contra o terrorismo e pela implantação de um governo democrático. Entenda-se “democrático” como laçao dos interesses imperialistas e subserviente à vontade do grande capital.

Em apoio ao governo de Abbas, foram liberados US\$ 118 milhões como adiantamento dos US\$400 milhões em impostos devidos pelo Estado de Israel. Este volume de dinheiro, que foi arrancado do povo palestino, será usado como moeda de troca pelos favores prestados pelo laçao Abbas. Enquanto a grande massa de proletários palestinos passa por dificuldades, muitos sem salários há meses, Israel injeta dinheiro do próprio proletariado palestino para abrir as portas para os países imperialistas os explorarem com maior facilidade, ou seja, sem qualquer resistência.

O Fatah de Abbas recorre a uma coalizão de países do Oriente Médio (Egito e Jordânia) e imperialistas para esmagar o governo do Hamas, que neste momento é o

único reduto de resistência contra a opressão nacional. Para formar o pelotão de choque para vencer esta guerra, que atrapalha os negócios dos capitalistas e os anseios expansionistas de Israel, foi convocado o ex-premiê do Reino Unido Tony Blair para integrar a força de ataque imperialista. Foi nomeado para ser o enviado especial do *Quarteto* para “resolver” o problema palestino. Isso prova que o Hamas causa muitos problemas, pois expressa a reação das massas contra o principal causador dos conflitos na Palestina e em todo o Oriente Médio, ou seja, o imperialismo.

## Afeganistão e a “guerra justa”

Os colonizadores espanhóis e portugueses criaram a idéia de “guerra justa”, como forma de justificar o massacre dos povos indígenas da América. O principal argumento era de que ao haver qualquer reação contra os colonizadores, havia o direito de contra atacar os “rebeldes”.

No Afeganistão, as tropas da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) criada durante a Guerra Fria para conter o avanço dos países comunistas (burocratizados) sobre os países capitalistas, cumpre hoje o papel de guardião dos interesses da burguesia imperialista. O governo afegão, subserviente ao imperialismo, contribuiu com o massacre cotidiano dos lutadores organizados no grupo armado de resistência Talibã. O principal argumento utilizado pelos militares do governo e da OTAN é o do “prejuízo colateral”. Isto é, os assassinatos cometidos diariamente são culpa da resistência do Talibã ao domínio definitivo dos invasores imperialistas. Como se pode perceber, há uma estreita relação entre a “guerra justa” defendida pelos colonizadores europeus durante o processo de conquista da América e o “prejuízo colateral” defendido pelos imperialistas. Por isso, se justifica a morte de mais de 100 pessoas no último final de semana. Sendo 62 do Talibã e 45 civis. O saldo atual de mortos chega a mais de 600, entre civis e membros da resistência.

Mesmo assim, a resistência continua e se escora no apoio das massas que expressam seu descontentamento ao protegerem com o próprio corpo os lutadores afegãos. A luta é contra o imperialismo e o governo

laçao do presidente Hamid Karzai.

## Iraque resiste aos ataques do imperialismo

Somente no mês junho foram assassinados 1227 iraquianos nos confrontos com o exército imperialista e soldados do governo do premiê-laçao Nuri Al Maliki. A alegação de que o número de mortos diminuiu 36% em relação a maio não diminuiu em nada a violência promovida pelo imperialismo às massas iraquianas.

A violência da guerra está diretamente vinculada aos interesses dos países imperialistas e, fundamentalmente, da burguesia destes países, que têm muito a perder caso sejam rechaçados do Iraque. De acordo com o ministro da defesa da Austrália, um dos países que compõem da coalizão militar, que admitiu publicamente que “o petróleo foi um fator importante para a decisão de seu governo quanto a manter tropas no Iraque...”. Mesmo com as intensas tentativas de desmentir os fatos colocados, onde o premiê alega que o motivo é “...oferecer ao povo do Iraque a chance de adotar a democracia.” (FSP- 03/07/07), fica evidente que o controle das fontes de energia estratégica no planeta faz parte dos planos das potências imperialistas.

Neste sentido, a resistência iraquiana é um importante fator de desestabilização dos planos do imperialismo, que já sofre desgastes constantes impostos pelas derrotas no campo de batalha. A única maneira de acabar com a violência e com a guerra civil é a derrota definitiva do imperialismo e a expulsão dos traidores do povo do Iraque.

## Construção do Partido Revolucionário no Oriente Médio

No entanto, para que o proletariado do Oriente Médio se livre definitivamente de seus opressores externos e internos é preciso levantar a bandeira da frente única anti-imperialista e a construção de um partido revolucionário, independente, cujo programa expresse os interesses de libertação de todos os oprimidos. Somente assim, os afegãos, os palestinos, os iraquianos e todos os outros países que se sentem oprimidos pelo imperialismo poderão varrer para sempre com seus exploradores.